



A Dissolução do Problema de Gettier

Filosofia · Epistemologia · 12 de agosto de 2026

A análise clássica do conhecimento, que Platão já ensaia no Teeteto¹ e que Chisholm e Ayer formalizam no século XX, reduz o conhecer à conjunção de três condições, a saber, a verdade da proposição, a crença do sujeito nela e a justificação dessa crença; Gettier, em 1963, mostrou com dois exemplos que as três condições podem coexistir sem que haja conhecimento, e concluiu que a análise falha por insuficiência.²

O escrituralista não recebe essa análise nos termos em que Gettier a ataca, porque recusa que a justificação relevante ao conhecimento seja aquela que os exemplos pressupõem. O conhecimento é posse da verdade proposicional por uma mente, e a verdade só se conhece quando procede do único axioma que a garante, isto é, da revelação escrita, ou quando dela se deduz por inferência que preserva a verdade. Sensação e indução não geram conhecimento; geram, quando muito, opinião, e a opinião que coincide com a verdade não se converte em ciência pela coincidência.

Examinada a justificação que opera nos dois casos, revela-se sua natureza inteiramente empírica. No primeiro, Smith crê que o homem que conseguirá o emprego tem dez moedas no bolso porque o presidente da empresa lhe assegurou a escolha de Jones e porque ele mesmo contou as moedas no bolso de Jones; ambas as bases são testemunho e sensação, e nenhuma delas transmite verdade com necessidade. No segundo, Smith crê que Jones possui um Ford porque assim o observou no passado e porque Jones lhe ofereceu uma carona ao volante de um; trata-se de indução a partir de casos observados, que é a forma lógica de afirmar o consequente, e portanto falácia.

O segundo caso merece atenção redobrada, porque nele a inferência que Smith executa é formalmente válida. De "Jones possui um Ford", Smith deduz por introdução da disjunção que ou Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona, e a regra é impecável, pois preserva a verdade sempre que a premissa seja verdadeira. O passo dedutivo permanece íntegro, e o defeito localiza-se na premissa que Smith aceitou por via empírica e que de fato é falsa, pois Jones dirige um carro alugado. A conclusão disjuntiva sai verdadeira por um motivo que Smith ignora, a saber, a presença real de Brown em Barcelona, de sorte que a verdade da conclusão fica desligada do fundamento pelo qual Smith a sustenta.

Os dois casos ensinam, portanto, uma lição que o escrituralista já entende. Onde a justificação é não demonstrativa, a verdade da proposição crida permanece accidental em relação ao motivo pelo qual se crê, e essa contingência abre o espaço exato em que a sorte epistêmica se instala. O testemunho pode ser falso, a amostra observada pode não se repetir, a aparência pode enganar, e a proposição ainda pode sair verdadeira por uma causa estranha ao sujeito. A coincidência não gera ciência. Gettier, longe de refutar uma teoria correta do conhecimento, exibiu em miniatura a falência de toda epistemologia que funda o conhecer na sensação e na probabilidade.

A definição que o escrituralista sustenta não sofre o mesmo golpe, porque nela a justificação significa dedução válida a partir de um axioma infalível, e a dedução válida a partir de premissas verdadeiras entrega conclusão verdadeira por necessidade formal, nunca por acaso. Quando a Escritura afirma uma proposição, ou quando dela se extrai outra por inferência que preserva a verdade, a verdade da conclusão está garantida pela verdade do princípio e pela validade do trânsito, e não sobra intervalo algum para que a sorte decida o resultado. O caso de Gettier só nasce onde a inferência é frouxa; retirada a frouxidão, retira-se com ela o caso.

Por isso o conhecimento tem princípio fora do homem e antes do homem. Em Cristo, diz o apóstolo, estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência; se todo o tesouro do conhecer está guardado na revelação de Deus, nenhuma quantidade de moedas contadas no bolso alheio, nem qualquer soma de automóveis vistos no passado, alcança o estatuto de ciência enquanto não se ancorar naquele princípio.

O problema de Gettier acusa o empirismo que o produziu. A crença verdadeira justificada falha como definição do conhecer sempre que a justificação for empírica, porque a justificação empírica jamais amarra a verdade da proposição ao fundamento da crença; e falha de modo instrutivo, pois torna visível, em dois exemplos breves, aquilo que a tradição escrituralista de Clark e Cheung sustenta contra todo o sensualismo, que a sensação não produz ciência e que só a revelação, com as deduções que dela procedem, merece o nome de conhecimento. Quem quiser conservar a análise tripartite deve, então, purgar a palavra justificação de todo resíduo empírico e reservá-la à demonstração; feita essa purga, os contraexemplos de Gettier não têm onde surgir, e a definição sobrevive intacta no único terreno em que sempre pôde valer.

Notas

1. Platão, *Teeteto* 201, lugar clássico da definição do conhecimento como opinião verdadeira acompanhada de razão. [\[voltar ao texto\]](#)
2. Edmund L. Gettier, "Is Justified True Belief Knowledge?", *Analysis* 23 (1963), 121-123. [\[voltar ao texto\]](#)